



# Enriquecimento ilícito



**Andrew Dornbierer**  
Asset Recovery Specialist

## O que é enriquecimento ilícito em poucas palavras?

A definição de enriquecimento ilícito pode variar muito conforme a jurisdição.

A nível internacional, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC na sigla inglesa), define enriquecimento ilícito como o “aumento significativo do património de um funcionário público, para o qual ele ou ela não consegue apresentar uma justificação razoável face ao seu rendimento legítimo”.

Contudo, a nível estadual, o escopo das leis de enriquecimento ilícito pode diferir em relação ao artigo da UNCAC. Por exemplo, algumas leis abrangem tanto particulares quanto funcionários públicos. Algumas definições têm em vista níveis de vida exagerados, além de bens desproporcionais.

Muitos Estados nem sequer utilizam o termo “enriquecimento ilícito”. Em vez disso, referem-se à aquisição de “riqueza injustificada” ou “bens

injustificados”, ou fazem uso de outros termos como, “enriquecimento sem causa” ou “ganhos ilegais”.

Baseado em uma extensiva análise de instrumentos internacionais, legislações internas e jurisprudência de todo o mundo, o livro *Illicit Enrichment: A Guide to Laws Targeting Unexplained Wealth* define enriquecimento ilícito em um sentido geral, como **o gozo de uma quantidade de riqueza que não é compatível com o seu rendimento legítimo.**

## **Por que as leis sobre enriquecimento ilícito são importantes nos esforços anti-corrupção?**

As leis de enriquecimento ilícito são bem singulares em relação aos mecanismos de recuperação de ativos, visto que não exigem prova de uma actividade criminosa separada ou implícita, para impor uma sanção judicial. Ao invés disso, os tribunais precisam somente do entendimento que o enriquecimento ilícito tenha ocorrido, ou seja, que uma pessoa tenha desfrutado de algum tipo de riqueza não justificada pelas suas fontes legítimas de rendimento.

Estas leis podem ser úteis, especialmente, em contexto de investigações de corrupção.

Em muitos casos, em especial nas economias baseadas em numerário e onde são pagos pequenos montantes em subornos ao longo do tempo, é quase impossível conseguir provar cada acto individual de corrupção. Isso significa que muitos funcionários corruptos raramente chegam a ser acusados e, por isso, conseguem ficar com os activos adquiridos através da corrupção.

Através das normas sobre enriquecimento ilícito, os investigadores e procuradores podem investigar e acusar funcionários corruptos, se forem capazes de pelo menos identificar os resultados de seus actos de corrupção, tais como a aquisição de bens imóveis caros e outros bens de valor elevado, apesar de o funcionário ter um rendimento lícito modesto.

## **Será um crime?**

Embora o artigo 20 da UNCAC recomende que os países classifiquem o enriquecimento ilícito como um crime, as abordagens legislativas em relação ao seu conceito variam muito. Alguns países não têm sequer leis sobre esta matéria. Alguns têm o enriquecimento ilícito como um crime voltado a funcionários públicos, como no México e na Mongólia, enquanto outros consideram que qualquer pessoa pode ser agente deste crime, como Ruanda.

Em outros países, como Quênia ou República das Maurícias, a lei de enriquecimento ilícito não é considerada uma infracção penal, mas sim uma acção cívica. Isso significa que o objectivo principal de uma acção sob a lei nesses países não é acusar o indivíduo que enriqueceu ilicitamente, mas

apenas recuperar os activos roubados.

O grau de aplicação da lei também varia. Em Hong Kong, por exemplo, já nos anos 70, houve casos bem sucedidos que levaram à recuperação de activos. Na Tanzânia, os tribunais estão agora a iniciar o julgamento das primeiras acusações de enriquecimento ilícito.

## **Porque é que existe alguma controvérsia?**

Alguns críticos argumentam que as normas sobre enriquecimento ilícito violam direitos fundamentais ao inverter injustamente o ónus da prova e, dessa forma, violam o princípio da presunção de inocência.

Da mesma forma, há preocupações de que as normas sobre enriquecimento ilícito possam violar o direito ao silêncio e garantia à não autoincriminação do indivíduo, dois princípios legais fundamentais que têm como objectivo garantir o devido processo legal. Um debate adicional gira em torno do princípio da não retroactividade da lei penal, ou seja, que uma pessoa não deve ser punida por uma acção que não constituía crime no momento em que foi cometida.

Porém, a grande maioria das objecções legais contra as leis de enriquecimento ilícito não tiveram sucesso, e quase todos os tribunais que consideraram estas questões decidiram que, as referidas leis não violam os direitos legais.

## **Como é investigado e acusado o enriquecimento ilícito?**

Como esta área do direito é relativamente nova, ainda estão a ser desenvolvidos procedimentos normalizados ou melhores práticas.

Os casos suspeitos de enriquecimento ilícito surgem frequentemente no contexto de outras investigações de corrupção que estão em curso. A primeira pista também pode provir de um artigo no jornal ou de outros canais habituais de intelligence.

Na maioria dos casos, uma abordagem sólida envolve:

- uma investigação financeira exaustiva para determinar quanto dinheiro um indivíduo poderia ter tido disponível durante um certo período de tempo;
- uma comparação entre este rendimento e quanto dinheiro eles vieram a gastar nesse tempo para adquirir bens ou manter um certo nível de vida.

O objectivo é reunir provas sólidas, e não conjecturas, para que somente os indivíduos que tenham adquirido seus bens de fontes ilegais, sejam submetidos a procedimentos legais.

A análise da origem e utilização dos fundos é a principal ferramenta para investigadores e promotores que procuram provar casos de enriquecimento ilícito nos tribunais. O [Anexo II do \*Illicit Enrichment\*](#) fornece orientações passo-a-passo sobre como fazer essa análise. Nosso [curso de aprendizagem online gratuito sobre análise da origem e utilização](#) fornece também um caso prático para se trabalhar.

## Existem alguns estudos de casos recentes?

Um caso de sucesso interposto pela Comissão de Ética e Anti-Corrupção do Quênia contra [Stanley Mombo Amuti](#), um antigo funcionário público de escalão inferior, que não conseguiu explicar como adquiriu cerca de 400.000 USD em bens em 10 meses, criou um precedente no Quênia para o uso posterior deste mecanismo.

O Uganda também teve um caso de [sucesso recente de enriquecimento ilícito de 1,25 milhões USD](#) envolvendo um contador do gabinete do primeiro ministro. Há casos que vão mais além: [ex-presidente de El Salvador](#) foi condenado recentemente por enriquecimento ilícito ocorrido durante seu mandato.

## Qual o trabalho do Basel Institute nesta área?

O International Centre for Asset Recovery (ICAR) do Basel Institute on Governance trabalha com países parceiros para ajudar a aumentar sua capacidade em termos de recuperação de activos roubados e de combate à corrupção. No âmbito de um esforço mais amplo, estamos a trabalhar com alguns países no sentido de aprofundar o conhecimento da legislação sobre enriquecimento ilícito e como utilizá-la de forma responsável e eficaz.

Por quê? Porque as leis de enriquecimento ilícito, quando redigidas e aplicadas de forma justa, podem ser uma arma poderosa no combate à corrupção.

---

Publicado originalmente em inglês a 22 de Maio de 2019 e actualizado a 22 de Junho de 2021  
Todos os nossos guias rápidos estão disponíveis em [learn.baselgovernance.org](https://learn.baselgovernance.org)

ISSN 2673-5229

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não-comercial-NoDerivs 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

